

Cortes nos poderes ainda este ano

Emenda que limita gastos com Legislativo e Judiciário estaduais tem aval do Governo e do Congresso

Rudolfo Lago

BRASÍLIA

Uma das principais reivindicações dos governadores, a criação de limites para os gastos dos poderes Legislativo e Judiciário estaduais, ganhou o aval do Governo federal e do Congresso e poderá se tornar realidade até o fim do ano. Está tramitando no Senado uma emenda do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) — apadrinhada pelo presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen — que estabelece critérios para fixar os gastos máximos das assembléias legislativas. A emenda foi discutida em conjunto com representantes da equipe econômica do Governo e conta com o aval também do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Uma outra emenda limitando os gastos do Judiciário está sendo elaborada e poderá ser apresentada nos próximos dias com o apoio de Antônio Carlos. As duas emendas, diz Althoff, deverão, mesmo com tempo para discussão com a sociedade, tramitar rapidamente.

— Não é possível que, neste momento de crise, em que se exigem sacrifícios e se discutem sanções para os maus administradores, existam poderes que possam ficar alheios a essa discussão, fixando gastos sem nenhuma responsabilidade pelos exageros que cometerem — diz Althoff.

Legislativo e Judiciário fixam os próprios gastos

Com a aprovação da Lei Camata e a discussão das sanções que deverão estar contidas na futura Lei de Responsabilidade Fiscal, os governadores intensificaram a carga contra as assembléias legislativas e os tribunais de Justiça. Esses poderes têm autonomia para fixar seus orçamentos, mas os gastos cabem ao Executivo. Os gastos com pessoal do Legislativo e do Judiciário contam para a obediência ao limite de 60% fixado na Lei Camata.

Estão previstas sanções pesadas para os governadores que descumprirem os limites, mas eles nada podem fazer se o responsável pelo gasto exagerado não for o Executivo. Em alguns estados, como o Amapá, Legislativo e Judiciário respondem por cerca de 70% dos gastos com pessoal. No Amapá, um conselheiro do Tribunal de Contas — órgão ligado ao Legislativo — ganha R\$ 27 mil mensais. Na linha do que foi proposto pelo governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB), na reunião com o ministro do Orçamento, Paulo Paiva, na última sexta-feira, o projeto que tramita no Senado fixa tetos de gastos para as assembléias legislativas.

O projeto de Althoff estabelece uma relação entre a população dos estados e os gastos das assembléias. Os estados com menor população poderão ter um gasto percentualmente maior do que aqueles onde a população é maior.

Rio e SP gastariam até 2% com receita

Estados com população inferior a um milhão de habitantes (Roraima, Amapá e Acre) poderão gastar até 7% da receita líquida com a Assembléia Legislativa. Nos estados com população entre um milhão e dois milhões de habitantes (Tocantins, Rondônia, Sergipe, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul), o gasto não poderá ultrapassar 6%. Entre dois milhões e três milhões (Mato Grosso, Amazonas, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Espírito Santo), no máximo 5%. Para aqueles que têm entre três milhões e cinco milhões (Paraíba, Goiás e Santa Catarina), o limite será de 4%. Entre cinco milhões e dez milhões (Maranhão, Pará, Ceará, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul), limite de 3%. Para os estados com população acima de dez milhões (Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), o gasto máximo será de 2% da receita líquida. Já estão dentro desses limites Roraima, Tocantins, Amazonas, Espírito Santo, Santa Catarina, Pernambuco e São Paulo.

— Não haverá possibilidade de discussão entre os poderes e o governador. A lei estabelecerá como crime, passível da perda de mandato, o não cumprimento dos limites — diz Althoff.

STJ julgaria excessos de governadores

O senador tomou o cuidado de evitar estabelecer que o descumprimento dos limites seja considerado crime de responsabilidade, que pode acabar num processo de impeachment, julgado pela Assembléia. Dificilmente a Assembléia puniria um governador por estabelecer um gasto maior em benefício do Legislativo.

Por isso, o projeto diz que, em casos assim, quem julgará os excessos do governador será o Superior Tribunal de Justiça. O projeto de Althoff soma-se à emenda, já aprovada, do então senador Esperidião Amin (PPB-SC), hoje governador do estado, que limita gastos das câmaras de vereadores.

Certo de que a emenda vai gerar polêmica, Althoff já encomendou à assessoria técnica do Senado um estudo sobre a constitucionalidade do seu projeto. O senador temia que a emenda fosse questionada, por poder ferir o princípio federativo. De acordo com o estudo, não há esse risco. O parecer, do consultor legislativo Paulo Henrique Soares, lembra que já foram aprovadas outras emendas — “até mais severas” — retirando recursos dos estados e dos municípios.

A senadora Heloísa Helena (PSB-AL) deve apresentar na próxima semana outra proposta de limite de gastos dos poderes. Seu projeto fixa um teto de despesas dos gastos do Legislativo e do Judiciário em função da arrecadação.